

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE ECONOMIA**

**CAFÉ NO RECA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS PERÍODOS DE
1996/1997 E 2000/2001**

**ADRIANA MEIRELES DA SILVA
Matrícula nº 98.3.10.02**

ORIENTADOR: Msc. Orlando Sabino da Costa Filho

Rio Branco/Ac, novembro de 2003

ADRIANA MEIRELES DA SILVA

**CAFÉ NO RECA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS PERÍODOS DE
1996/1997 E 2000/2001**

**Monografia apresentada ao curso
de Graduação em Economia da
Universidade Federal do Acre
como requisito parcial para
obtenção do Grau em Bacharel
em Ciências Econômicas.**

ORIENTADOR: Msc. Orlando Sabino da Costa Filho

Rio Branco/Ac, novembro de 2003

ADRIANA MEIRELES DA SILVA

**CAFÉ NO RECA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS PERÍODOS DE
1996/1997 E 2000/2001**

**Monografia apresentada ao curso
de Graduação em Economia da
Universidade Federal do Acre
como requisito parcial para
obtenção do Grau em Bacharel
em Ciências Econômicas.**

Aprovada em

Nota:.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Orlando Sabino da Costa Filho (Orientador)
Universidade Federal do Acre

Prof. Espec. Robinson Antônio da Rocha Braga (Membro)
Universidade Federal do Acre

Prof. Msc. Nazira Correia Camely (Membro)
Universidade Federal do Acre

Rio Branco/Ac, novembro de 2003.

DEDICATÓRIA

Dedico esta em especial a meus pais, Humberto e Etiene e às minhas irmãs, Alciete, Alciene, Haydeé e Andréia por estarem sempre ao meu lado nos momentos bons e difíceis da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus que possibilitou-me mais esta conquista;

Ao professor Orlando Sabino pela orientação e pelas palavras de incentivo;

Às amigas Gisele e Eliane do Projeto ASPF do Departamento de Economia/UFAC pelo fornecimento de dados, pelas sugestões e pelas dicas importantes que muito contribuíram para a concretização deste trabalho;

E a todos os professores do Departamento de Economia que de forma essencial, contribuíram para a minha formação acadêmica.

ÍNDICE

LISTA DE TABELAS	7
LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE GRÁFICOS	7
SIGLAS E ABREVIATURAS	8
RESUMO	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1-A CAFEICULTURA NO BRASIL	12
<i>1.1-Considerações sobre o comércio internacional de café</i>	12
<i>1.2-A produção de café no Brasil</i>	19
<i>1.3-Diagnóstico das exportações brasileiras de café</i>	22
<i>1.4-O consumo de café no Brasil</i>	24
CAPÍTULO 2- METODOLOGIA	26
<i>2.1-Análise econômica ex-post e desempenho econômico de sistemas de produção</i>	26
<i>2.1.1-As entradas/custos e saídas/resultados de um sistema de produção</i>	26
<i>2.2-Custos de produção</i>	28
<i>2.3-Medidas de resultado econômico</i>	39
<i>2.3.1-Resultado bruto</i>	39
<i>2.3.2-Resultados líquidos</i>	40
<i>2.3.3-Medidas de eficiência ou relação</i>	41
CAPÍTULO 3- RESULTADOS E DISCUSSÕES	42
<i>3.1-Characterização do RECA</i>	42
<i>3.2-Aspectos Gerais</i>	45
<i>3.3-Análise dos dados</i>	46
<i>3.3.1-Participação do café na renda bruta total do RECA</i>	46
<i>3.3.2-Resultados econômicos</i>	47
<i>3.3.3-Custos de produção</i>	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
BIBLIOGRAFIA	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais países produtores de café- 2001	13
Tabela 2 – Evolução da produção mundial	14
Tabela 3 - Evolução das exportações mundiais	15
Tabela 4 - Consumo per capita de café nos países selecionados	18
Tabela 5 - Exportações brasileiras de café em grão e solúvel – 1999/2000	22
Tabela 6 - Indicadores do projeto RECA -1996/1997 e 2000/2001	44
Tabela 7 - Indicadores da produção de café no RECA – 1996/1997 E 2000/2001	45
Tabela 8 – Participação do café na renda bruta total do RECA – 1996/1997 E 2000/2001	46
Tabela 9 - Indicadores Econômicos do café no RECA – 1996/1997 e 2000/2001	47
Tabela 10 – Composição dos custos do café no RECA – 1996/1997	49
Tabela 11 - Composição dos custos do café no RECA – 2000/2001	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Parque cafeeiro em produção - 2001	20
Quadro 02 – Produção brasileira de café – 2001/2002	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Principais países produtores de café - 2001	14
Gráfico 02 – Exportações brasileiras de café em grão e solúvel – 1999/2000	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIC	Associação Brasileira das Indústrias de café
APPC	Associação dos países produtores de café
ASPF	Análise Econômica de Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural no Vale do Acre
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCFD	Comitê Católico contra Fome e para o Desenvolvimento -França
CEBEMO	Organização para o desenvolvimento da Holanda
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBC	Instituto Brasileiro do café
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OIC	Organização Internacional do café
RECA	Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado
SAF'S	Sistemas Agroflorestais

RESUMO

O café é um dos produtos agrícolas de maior comercialização no mundo. É considerado um dos principais produtos que contribuíram para a formação política, econômica e social do Brasil. Dado que, a partir do século XIX, com o declínio de outras atividades como a cana-de-açúcar, o café tornou-se o principal produto de exportação e comercialização do país. O presente trabalho analisa vários indicadores da produção de café no projeto RECA, analisando o seu desempenho produtivo e econômico entre os anos agrícolas de 1996/1997 e 2000/2001. Foi utilizado a metodologia formulada e desenvolvida pelo Projeto ASPF (Análise de Sistemas Básicos de Produção Familiar no Vale do Acre) do Departamento de Economia da Ufac.

Palavras-Chaves: café, projeto RECA, indicadores econômicos.

INTRODUÇÃO

A cafeicultura encontrou no Brasil, condições favoráveis ao seu desenvolvimento, tais como, terras disponíveis, mão-de-obra, clima e solo fértil. No decorrer dos anos, a cultura cafeeira deslocou-se por várias regiões do país, assumindo papel importante no cenário do agronegócio brasileiro e constituindo-se no produto agrícola que maior contribuição deu às populações rurais.

Assim, esse trabalho monográfico tem por finalidade, analisar o desempenho produtivo e econômico da produção cafeeira no projeto RECA, mediante uma comparação entre os anos agrícolas de maio de 1996 a abril de 1997¹ e de maio de 2000 a abril de 2001².

Todavia, o objetivo da análise, justifica-se porque houve um crescimento significativo do número de produtores que comercializaram o produto na safra de 2000/2001 em relação a safra de 1996/1997.

A presente pesquisa baseia-se, fundamentalmente, no método desenvolvido e formulado pelo Projeto ASPF³, onde foi possível determinar os custos de produção e os resultados econômicos (medidas de resultado econômico: resultados brutos, resultados líquidos e medidas de eficiência e relação) nos períodos em análise.

O estudo foi norteado pela hipótese de que a produção de café pode apresentar resultados econômicos satisfatórios, como a renda líquida e o lucro de exploração. Dessa forma, para se ter uma melhor compreensão, este trabalho está estruturado em três capítulos:

No primeiro capítulo, optou-se por fazer uma revisão bibliográfica em torno da cafeicultura brasileira, fazendo um breve comentário sobre o comércio mundial de café, enfocando posteriormente, aspectos sobre produção, consumo e exportações cafeeiras no Brasil.

¹ Os dados desta pesquisa foram fornecidos pelo Projeto ASPF – DE/UFAC.

² Os dados são referentes ao Projeto “ Análise Ambiental e Sócio-Econômica de Sistemas Agroflorestais”.

³ O Projeto ASPF do Departamento de Economia da UFAC, foi criado em 1996, com o objetivo de realizar a análise econômica e sócio-cultural dos sistemas de produção familiar rural, formular alternativas de desenvolvimento sustentável e difundir os resultados no Vale do Acre.

No segundo capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada que serviu de base para a análise em questão.

No terceiro e último capítulo, apresenta-se os resultados da análise e as considerações finais do trabalho.

CAPÍTULO 1

A CAFEICULTURA NO BRASIL

O café foi introduzido no Brasil no início do século XVIII. Era época da mineração e ninguém se interessou por ele. Por isso mesmo, a produção se destinava quase que exclusivamente, ao consumo doméstico nas fazendas. Porém, a partir do início do século XIX, o país começou a produzi-lo para os mercados consumidores externos e se tornou, ainda neste período, o primeiro produtor mundial.

A produção cafeeira no Brasil cresceu porque havia condições de solo e de clima ideais para o cultivo e também, porque aumentou a procura do produto nos mercados consumidores externos. Dessa forma, a partir dos anos 40, o café passou a ser o principal produto brasileiro de exportação e tornou-se a base da economia nacional.

Neste contexto, a finalidade deste capítulo é contextualizar o setor cafeeiro no Brasil, onde na primeira seção, relata-se alguns aspectos a respeito do comércio internacional de café. Na segunda seção, mostra-se-á a produção brasileira de café e na terceira e quarta seção, respectivamente, discute-se o comportamento das exportações e do mercado consumidor de café no Brasil.

1.1 - Considerações sobre o comércio internacional de café

Muito embora o mercado cafeeiro mundial apresente-se de forma instável, o café é um dos maiores produtos de comercialização no mundo, representando para alguns países que o produzem, uma importante fonte de renda. Com o declínio dos preços do café no início dos anos 90, o mercado cafeeiro mundial enfrentou uma grave crise que afetou diretamente a oferta de alguns países produtores, como foi o caso do Brasil. Contudo, a reversão desse quadro somente ocorreu por volta de 1993, com o surgimento de uma organização internacional que regulamentou o setor cafeeiro.

Em meados de 1990, com o surgimento das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café, o mercado mundial entrou na década em profunda crise, com o preço da saca a U\$\$ 50,0 contra uma média histórica de U\$\$ 100,0. Muitos produtores e empresas encerraram suas

atividades, facilitando o desenvolvimento da cultura cafeeira em novos países, o que ajudou a proliferação de fontes de oferta do produto, enquanto a demanda continuava altamente concentrada. Somente em 1993, o setor cafeeiro voltou a se organizar mundialmente, com a criação de uma entidade internacional para regular o mercado. Naquela época, os países membros já contavam com a concorrência dos países não-membros, competindo principalmente em preço.(MERCOESTE ,2002,p.13)

Quando se analisa a produção mundial, observa-se que alguns países como o Vietnã⁴, Indonésia e Guatemala evoluíram e conseguiram ocupar posições de destaque no cenário internacional (tabela 01). Um dos principais fatores que contribuíram para esse crescimento foi sem dúvida, a recuperação dos preços do café no mercado mundial.

Pelas estimativas da CONAB⁵, na safra de 2001, o Brasil manteve-se na liderança entre os maiores produtores de café do mundo, tendo em vista que alcançou uma produção de 27,4 milhões de sacas, seguido do Vietnã que atingiu um volume de 12,5 milhões, e da Colômbia que produziu 11,4 milhões de sacas. Também fazem parte do grupo dos grandes produtores: Indonésia com 6,2 milhões, Guatemala com 4,9 milhões e Costa do Marfim com 4,7 milhões de sacas produzidas.

Tabela 01
Principais países produtores de café -2001

Países	Total produzido (em milhões de sacas)
Brasil	27,4
Vietnã	12,5
Colômbia	11,4
Indonésia	6,2
Guatemala	4,9
Costa do Marfim	4,7

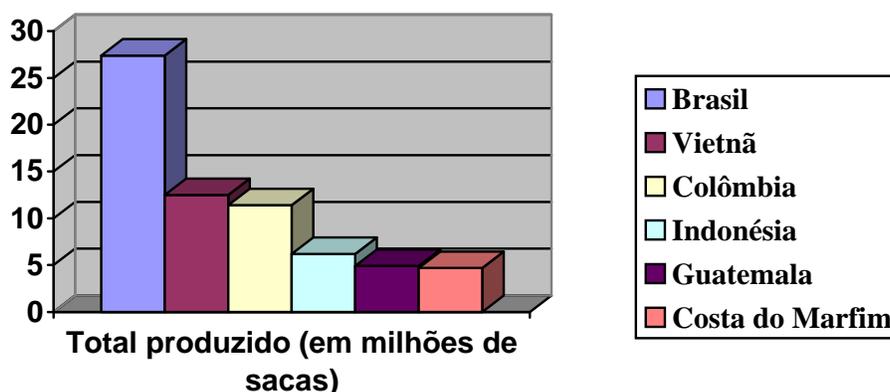
FONTE: CONAB (2002).

⁴ Uma série de fatores como: apoio governamental, condições da política econômica do país, condições naturais (como clima e solo ideais), contribuíram decisivamente para alavancar a produção cafeeira do Vietnã.

⁵ Companhia Nacional de Abastecimento.

Graficamente temos:

Gráfico 01
Principais países produtores de café - 2001



Observa-se que a Colômbia⁶ ocupa a terceira posição no ranking mundial na produção de café, mas com base em Moricochi (1998), este país já produziu no passado, perto de 18 milhões de sacas de café e atualmente, seu potencial é de um pouco mais de 11 milhões.

Na tabela 02, podemos visualizar, a evolução da produção mundial dos principais países produtores de café no período 1994-2000:

Tabela 02
Evolução da produção mundial (mil sacas)

<i>Países</i>	<i>1994/95</i>	<i>1995/96</i>	<i>1996/97</i>	<i>1997/98</i>	<i>1998/99</i>	<i>1999/00</i>
Brasil	28,0	16,8	27,5	18,9	34,6	27,1
Vietnã	3,5	3,9	5,8	5,5	6,6	7,8
Colômbia	13,0	12,9	10,7	10,8	11,0	10,9
Indonésia	6,4	5,8	7,9	7,0	6,6	6,0
Guatemala	3,5	3,8	4,1	3,5	3,1	4,8
Costa do Marfim	3,7	2,9	5,3	4,0	4,1	5,0

FONTE: USDA/EMBRAPA/FEBEC

⁶ A produção cafeeira da Colômbia decresceu em virtude tanto das oscilações de preços do produto a nível mundial, como dos problemas climáticos (como secas e geadas intensas) que provocaram a erradicação e o abandono das lavouras de café neste país.

No tocante às exportações mundiais, estas têm acompanhado o movimento da produção mundial. Quando se observa o desempenho do mercado internacional de café entre 1998 e 2002 (tabela 03), especial destaque deve ser dado às exportações do Vietnã, que passaram da faixa de 7 milhões de sacas no final da década passada, para cerca de 12 milhões de sacas.

Tabela 03
Evolução das exportações mundiais (mil sacas de 60 kg)

<i>País</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>
Brasil	17.652	22.996	18.250	23.179	26.669
Vietnã	6.568	7.210	11.151	14.309	12.202
Colômbia	11.336	10.128	9.192	9.787	10.222
Indonésia	5.569	5.148	5.161	5.318	6.199
Guatemala	3.628	4.663	4.840	4.257	3.460
Outros	34.415	34.278	40.153	33.966	29.960
Total	79.168	84.423	88.747	90.816	88.712

FONTE: OIC

De acordo com dados do MERCOESTE (2002), o mercado mundial cafeeiro movimentava em 1998, aproximadamente, 74 milhões de sacas, sendo 94,6% de café verde e apenas 5,4% de café solúvel (industrializado). No segmento do café verde, o mercado internacional comercializa 68,6% de café do tipo arábica⁷ e 31,4% do tipo robusta⁸.

Uma característica muito importante do mercado internacional de café que merece destaque, são os movimentos de reexportação realizados por alguns países importadores do grão, como é o caso da Alemanha.

⁷ É um café suave, de alta qualidade cultivada, sobretudo, na América Latina. É o favorito do consumidor devido ao seu aroma e baixo teor de cafeína. De acordo com o BNDES, a variedade arábica responde por dois terços da produção mundial de café. Por ser uma cultura frágil, sujeita a diversas doenças, além do perigo de geadas em diversas regiões, sua produção mundial esteve praticamente estagnada na década de 90, com ligeira tendência à diminuição. Algumas variedades desse tipo de café são: Mundo Novo e Catuaí Vermelho e Amarelo.

⁸ É um tipo de café mais resistente às doenças, tem um maior teor de cafeína e seu gosto é mais amargo. É muito comum na África e Ásia e representa um terço da produção mundial.

O mercado internacional do café tem uma característica que o difere da maioria das outras mercadorias transacionadas entre os países: enquanto na maioria dos produtos as importações são feitas para suprir a escassez da produção local, no café a maior parte do mercado (80%) é composta por países não-produtores. Assim, os movimentos de reexportação são mais facilmente identificáveis. Neste pormenor, a Alemanha assume, nos negócios com o café, a posição de entreposto comercial exercida pela Holanda em outros produtos. (BNDES,1999,p.26)

Necessário se faz ressaltar, que essa prática vem aumentando significativamente nos últimos anos. Se na década de 80 os países importadores membros da OIC reexportavam cerca de 15% do café comprado nos países produtores, no início dos anos 90, esse índice mudou para o patamar de 18% e, a partir de 1994, alcançou 25%.⁹

Entretanto, um outro fator importante do ponto de vista econômico que deve ser considerado, refere-se aos preços do café. Segundo o BNDES, a evolução dos preços do café é consequência e fator determinante da produção em nível mundial. Nas duas últimas décadas, os preços se mostraram em queda até 1992, quando começaram a apresentar novo ciclo de alta.

Zylbersztjn (1993) relata que, a oferta de café pelos produtores e a procura por parte dos consumidores é que define os preços do grão no mercado internacional. Ainda de acordo com este autor:

Vários outros fatores são também importantes na determinação dos preços, tais como as oscilações do dólar e a especulação que as grandes empresas compradoras fazem no mercado. É possível demonstrar que o aumento de preços ocorrido em 1975 e em 85/86, por exemplo, tiveram origem na especulação. A geada de 1975 e a seca de 85 no Brasil foram motivos suficientes para especulação no mercado internacional. (idem, ibidem,p.67)

Segundo Staviski (1998, apud DORETTO, 2000), no período entre 1900-1997 ocorreram significativas flutuações nos preços do café no mercado internacional, oriundas de mudanças na economia brasileira e mundial. Ele relata que:

⁹ Cf. BNDES,1999,p.27

[...] de 1900-13 ocorreu variação positiva, dado a implementação de políticas públicas de valorização do produto; de 1914-18 diminuição dos preços em virtude dos efeitos da Primeira Guerra Mundial; de 1919-28 período de recuperação dos preços; de 1929-50 verificou-se queda nos preços devido os efeitos da Depressão Econômica de 1929 e da Segunda Guerra Mundial; no início dos anos 50 ocorreu pequena variação positiva, culminando no final da década com decréscimo, em virtude do aumento da safra brasileira; em 1962 foi instituído o Acordo Internacional do Café (AIC), que não foi capaz de recuperar o nível de preços; somente entre 1976-80 é que ocorre recuperação dos preços atribuída à ocorrência de geada em 1975 nas regiões produtoras do Brasil; de 1981-89 preços decrescentes advindos do acúmulo das disfunções, no âmbito do AIC, através dos estoques altos, decorrentes da oferta do produto pó outros países que ao longo da vigência do referido Acordo tinham estimulado a produção e vigência de cotas, culminando com a saída do Brasil; e de 1993 em diante ocorreu recuperação do nível de preços externos, associada principalmente à baixa dos estoques mundiais e da recuperação do consumo per capita. (idem, ibidem, p.11-12)

Nesta linha de pensamento, foi criada em 23 de setembro de 1993, a Associação dos Países Produtores de Café –APPC, com o objetivo de valorizar o café no mercado internacional.

Segundo Zylberstjn (1993), trinta e três países estavam representados, mas somente vinte e oito assinaram o acordo. Através desse acordo, os países passaram a reter 20% de suas exportações. O objetivo era estabilizar os preços em torno de 90 dólares a saca.

Com relação ao consumo de café no mundo, este caracteriza-se por ser bastante variável. Ao se analisar a evolução do consumo per capita de café em alguns países, constata-se de um lado, que declinou nos Estados Unidos e na Alemanha, mas de outro, expandiu-se significativamente a taxas bastantes elevadas, como é o caso da Bélgica e da Grécia.

Tabela 04
Consumo per capita de café nos países selecionados

Países	Média (Kg)		
	1990-99	2000-02	Varição (%)
EUA	4,22	4,07	-3,55
Comunidade Européia	5,58	5,39	-3,44
Bélgica	5,76	7,32	27,06
Dinamarca	9,94	8,81	-11,38
Finlândia	11,57	11,26	-2,71
Alemanha	7,44	6,7	-9,97
Grécia	2,9	4,69	61,67
Itália	4,93	5,36	8,81
Holanda	8,91	7,21	-19,04
Portugal	3,68	4,09	11,08
Espanha	4,46	4,65	4,28
Reino Unido	2,48	2,37	-4,55
Japão	2,84	3,17	11,74
Noruega	10	8,79	-12,13
Total	4,69	4,58	-2,41

FONTE: OIC

Na análise dos principais países consumidores, dois fatores chamam logo atenção: a) a grande diversidade de padrão de consumo entre os países, alguns consumidores de café solúvel, outros de arábica, ou ainda, de robusta; b) o fato de que grandes mercados consumidores são também produtores, como é o caso do Brasil.¹⁰

¹⁰ Cf. MERCOESTE, 2002,p.139

1.2 – A produção de café no Brasil

Segundo Moricochi (1998), quando fala-se em produção brasileira de café, deve-se mencionar dois pontos: primeiro, há uma grande mudança na estrutura produtiva, consubstanciada pela incorporação de novas técnicas agrônômicas como adensamento e segundo, o deslocamento da atividade cafeeira para outras regiões do país, tradicionalmente não produtoras de café, mas que apresentam bom potencial de crescimento.

Porém, no início dos anos 90, a participação do Brasil no total da produção mundial apresentou um declínio considerável, em consequência da extinção do IBC¹¹, que era o órgão responsável pela organização do setor cafeeiro no Brasil.

Mesmo assim, no final da década passada, a produção de café no Brasil conseguiu apresentar um crescimento significativo, com a expansão da área plantada que foi estimulada pelo surgimento de novos processos tecnológicos¹² e pela recuperação dos preços internacionais do grão.

De acordo com o BNDES, a recuperação dos preços internacionais incentivou a implantação de novas áreas, aliada às mudanças tecnológicas utilizadas na recuperação dos cafezais afetados, ao aumento da migração para áreas menos sujeitas às intempéries naturais e à difusão das tecnologias de adensamento.

Entre os estados brasileiros que mais se destacam na produção de café estão Minas Gerais, Espírito Santo (que coloca o Brasil como o segundo maior produtor mundial de café robusta) e São Paulo.

Segundo a CONAB, o parque cafeeiro nacional ocupa uma área de 2,3 milhões de hectares, com a população de cafeeiros estimada em 4,8 milhões de covas, conforme o quadro seguinte:

¹¹ Instituto Brasileiro do Café.

¹² “A experiência com novas tecnologias no cultivo do café possui reflexos na redução de custos, no aumento da produtividade e na melhoria da qualidade do café colhido” (BNDES, 1999: p.20)

Quadro 01
Parque Cafeeiro em Produção – 2001

Regiões	Área (há)	Cafeeiros (mil covas)
Minas Gerais	1.062.000	2.295.300
Espírito Santo	538.960	1.130.920
São Paulo	228.520	418.120
Paraná	120.000	284.000
Bahia	101.440	276.378
Rondônia	208.000	302.500
Mato Grosso	36.900	77.500
Pará	19.500	38.100
Rio de Janeiro	12.480	26.200
Outros	18.980	36.060
BRASIL	2.346.780	4.885.078

FONTE: CONAB (2002)

O quadro 02 mostra a produção brasileira de café na safra 2001/2002, que de acordo com a CONAB, foi da ordem de 28,1 milhões de sacas de 60,5 kg, sendo 9,7% inferior à colhida na safra 2000/2001 com 31,1 milhões de sacas.

Quadro 02
Produção Brasileira de Café –2001/2002

Região	Produção (mil sacas beneficiadas)		
	Árábica	Robusta	Total
Minas Gerais	12.700	40	12.740
Espírito Santo	1.900	4.900	6.800
São Paulo	3.050	-	3.050
Paraná	540	-	540
Bahia	1.700	492	2.192
Rondônia	-	1.910	1.910
Mato Grosso	45	310	355
Pará	-	250	250
Rio de Janeiro	150	10	160
Outros	50	90	140
BRASIL	20.135	8.002	28.137

FONTE: CONAB (2002)

Verifica-se, a partir do quadro 02 que o estado de Minas Gerais lidera a produção de café do tipo arábica, com mais de 12 milhões de sacas e o Espírito Santo, a de robusta, com mais de 4 milhões. O estado de Rondônia¹³ se destaca como o segundo maior produtor nacional de café robusta, com a produção de 1,9 milhões de sacas.

Em pesquisas realizadas pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o estado de São Paulo tem destacada importância para a cultura cafeeira, em virtude de sua infra-estrutura portuária, necessária para o escoamento da produção e por possuir ainda, o maior parque industrial de café do país. O cultivo de café concentra-

¹³ Segundo Veneziano (1996), no estado de Rondônia há predominância de pequenos e médios produtores, com sistemas de produção similares aos utilizados nas regiões produtores tradicionais do país, pouco adequadas às condições ecológicas do estado.

se nas regiões de Campinas, Franca e Marília, correspondendo a 57,8% do total produzido no estado.

No Paraná, o café se destaca em uma importante atividade para a geração de renda e emprego. De acordo com a EMBRAPA, o café é cultivado nas regiões do norte, noroeste e oeste do estado, em função da infra-estrutura disponível.

A Bahia ocupa o primeiro lugar no ranking nacional de produtividade do café, segundo a CONAB. Neste estado, existem quatro pólos cafeeiros consolidados¹⁴, localizados na Chapada Diamantina, Planalto da Conquista, Jequié e Extremo Sul do estado.

1.3 – Diagnóstico das exportações brasileiras de café

O Brasil é um exportador de diversos tipos de café, seja ele verde ou industrializado. Segundo o BNDES, o café brasileiro tem perdido espaço no mercado mundial do produto. Já representou 70% das exportações brasileiras na década de 20, baixou para 50% em 1960 e hoje está limitado a 6%. O Brasil ainda é o maior exportador, mas sua participação é decrescente: 39% em 1960 e 22% em 1998.

Tabela 05
Exportações Brasileiras de Café em grão e solúvel –1999/2000

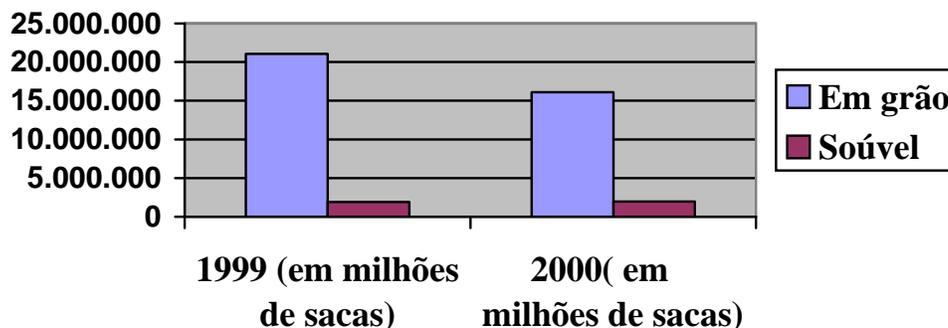
<i>Tipo</i>	<i>1999</i> <i>(em milhões de sacas)</i>	<i>2000</i> <i>(em milhões de sacas)</i>
Em grão	21.057.985	16.111.685
Solúvel	1.889.048	1.960.691
Total	22.947.033	18.072.376

FONTE: Secretaria de Comércio Exterior – SECEX (2001)¹⁵

¹⁴ De acordo com pesquisas realizadas pela EMBRAPA no ano de 2001.

¹⁵ Fonte disponível na internet em <http://www.iea.sp.gov.br/café>

Gráfico 02
Exportações brasileiras de café em grão e
solúvel - 1999/2000



Como se observa acima, o Brasil exportou mais café em grãos que solúvel, Segundo o BNDES, as exportações de café solúvel, após queda em 1991, apresentaram tendência de crescimento em volume e valor até 1995, quando entraram em processo de declínio. Os Estados Unidos e a Inglaterra reduziram a um terço o volume de suas importações de café solúvel brasileiro, parcialmente compensadas pelo aumento da exportação para a Rússia, a Alemanha, o Japão e os países do Leste Europeu.

Uma série de fatores como, problemas climáticos (geadas, secas) e preços baixos, também contribuíram para explicar esse decréscimo do volume das exportações brasileiras. Além disso, a Colômbia, que era até então o segundo maior produtor de café no mundo, desenvolveu uma eficiente campanha publicitária a respeito dos cafés colombianos.

A campanha publicitária, sustentada há vários anos pela Colômbia, tem constituído um fator de deslocamento do arábica brasileiro, com claras conseqüências sobre a percepção da qualidade do nosso café por parte dos principais países importadores. A publicidade a favor dos cafés colombianos e seus métodos¹⁶, tem representado indiretamente, uma publicidade para os cafés lavados, em detrimento do arábica de terreiro.(MERCOESTE, op. Cit, p.140)

Diante dessa situação, o Brasil tem todo um potencial a ser explorado, a fim de reverter esse quadro de queda das suas exportações, pois conta com uma série de

¹⁶ Esses métodos se referem ao processo de colheita a dedo e ao beneficiamento que melhoraram o aroma e o sabor do café colombiano.

vantagens em relação a seus concorrentes, que se traduzem num eficiente setor exportador, com uma infra-estrutura moderna, além da existência de portos, estradas e armazéns.

1.4 – O consumo de café no Brasil

Segundo Doretto (2000), o mercado interno consumidor de café no Brasil representa o segundo em volume total do que é consumido no mundo, além de ser o maior entre os países produtores.

No final da década de 80, verificou-se uma queda no consumo interno, provocada pela baixa qualidade do produto ofertado ao consumidor. Esse fato foi revertido e o nosso mercado interno apresentou uma importante elevação, em virtude do crescimento de renda da população após o Plano Real e aos programas de incentivo ao consumo, como a implantação do selo de pureza ABIC¹⁷.

Essa ascensão ao consumo pode ser atribuída ao aumento de renda da população, à evolução tecnológica dos equipamentos utilizados no processamento, melhoria da qualidade da matéria-prima, diversificação das marcas ofertadas no mercado constituídas de variados *blends*¹⁸, lançamento de novos produtos à base de café, adaptação de novos locais de consumo (cafeterias, lojas de café), formação de recursos humanos preparadores do produto, aumento da concorrência entre as empresas, marketing dos produtos e do lançamento em 1989, do Programa de Auto-Regulamentação da Indústria com o selo de pureza ABIC. (DORETTO, op. Cit, p.19)

Mediante as informações do MERCOESTE (2002), o mercado interno é o segundo maior comprador da produção nacional (40% da produção - 11 milhões de sacas), o que torna nosso país menos sensível às flutuações do mercado internacional. Os Estados Unidos ainda são o maior comprador do café nacional, com um volume de 17 milhões de sacas/ano.

¹⁷ Associação Brasileira da Indústria do Café.

¹⁸ “ Mistura de café em pó do tipo arábica com café do tipo conilon utilizada pelas indústrias para compor a mistura de grãos torrados e moídos, na obtenção do café em pó.”
(SANTOS,2000: P.03)

O consumo no Brasil, na média nacional, apresenta característica sazonal, com um volume mais acentuado no inverno (15% superior à média de consumo) e menor no verão (15% inferior à média), afetando diretamente a industrialização. (MERCOESTE, op. Cit, p.143)

Quando se compara a capacidade instalada de industrialização e o consumo, tem-se que apenas as regiões Sudeste e Nordeste transformam maior quantidade de produto em relação ao que é consumido pela sua população, constituindo-se em exportadoras para aquelas regiões que, ainda não alcançaram a auto-suficiência do processo agro-industrial.¹⁹

Quanto à forma de consumo, ainda predomina o tradicional café coado, seja no coador de pano ou no filtro de papel. O café solúvel representa aproximadamente 12% do consumo total, enquanto as outras formas (expresso, cappuccino, gourmet, etc) são uma parcela pouco significativa.²⁰

¹⁹ DORETTO, op. Cit, p.15

²⁰ Cf. BNDES, 1999, p. 33

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho é a mesma formulada e desenvolvida pelo Projeto ASPF (Análise Econômica de Sistemas Básicos de Produção Familiar no Vale do Acre), com algumas alterações ou pode-se dizer, alguns ajustes em virtude de ter-se trabalhado apenas com alguns indicadores. A presente pesquisa tem por objetivo analisar o desempenho produtivo e econômico da cultura do café praticada no Projeto RECA, fazendo uma comparação entre os períodos de 1996/1997 e 2000/2001.

2.1 – Análise Econômica *ex-post* e desempenho econômico de sistemas de produção

A análise econômica *ex-post* de um sistema, consiste no dimensionamento das entradas (fatores de produção) e das saídas (produtos e resultados) de cada sistema de produção, da diferença entre estes dois momentos e da relação entre variáveis de saída e de entrada. Compreende a determinação *ex-post* dos custos de produção e das medidas de resultado econômico que são o resultado bruto, os resultados líquidos e os índices de eficiência ou relação. São esses os procedimentos que servem para determinar o desempenho econômico do sistema de produção ou da linha de exploração.

2.1.1-As entradas/custos e saídas/resultados de um sistema de produção

O valor das entradas de bens e serviços econômicos de um sistema são os seus custos e o das saídas, os seus resultados econômicos. As entradas compreendem os meios de produção, os meios de consumo, os serviços e a força de trabalho. Os meios de produção consistem em capitais fixos e capitais circulantes, comprados e produzidos na unidade de produção. Os bens de consumo compreendem capitais circulantes comprados e produzidos internamente. A força de trabalho refere-se ao trabalho temporário e permanente, predominantemente familiar e, eventual e complementarmente, assalariado.

Os serviços em sentido amplo são, além dos serviços pessoais, os aluguéis de capitais fixos, impostos, contribuições, gerência, etc.

Os custos dos meios de produção que se incluem na categoria de capitais fixos serão determinados para as categorias de depreciação, conservação, juros sobre o capital empatado e, eventualmente riscos, se existir, o que é pouco provável, contrato de seguros.

Os custos referentes aos meios de consumo e aos meios de produção que são capitais circulantes compreendem os insumos modernos e os diversos tipos de materiais com vida igual ou inferior a 1 (um) ano.

Tanto para os meios de produção quanto para os meios de consumo e os serviços serão calculados os custos reais e os imputados. O critério geral para valorizar os custos imputados consiste na sua equiparação aos custos de oportunidade²¹ do fator de produção considerado.

O custo da força de trabalho familiar será estimado pelo seu custo real, isto é, o custo de sua reprodução. O custo real da força de trabalho familiar será, portanto, igual ao valor monetário do autoconsumo mais o valor monetário dos bens de consumo adquiridos no mercado. Ocorre que, especialmente nas localidades de difícil acesso, há de um lado, uma significativa parcela de autoconsumo, e, de outro, um superfaturamento dos bens de consumo na composição do custo da força de trabalho. De outra parte, o trabalho assalariado tem pouca significação. São justamente essas especificidades que justificam a adequação do emprego da categoria de custo real da força de trabalho familiar.

Ademais, o emprego da força de trabalho familiar nas diferentes linhas de exploração será admitido como trabalho temporário e, portanto, custo variável, tendo-se em vista que a quantidade empregada varia com o volume da produção. A força de trabalho permanente, sempre assalariada, se houver, poderá referir-se a uma linha de exploração (específica) ou ao conjunto da unidade produtiva (comum).

²¹ Custo de oportunidade “é o grau de sacrifício que se faz ao optar pela produção de um bem, em termos de produção alternativa sacrificada”. (PINHO & VASCONCELLOS, 1998, p. 626)

2.2. Custos de Produção

O **custo total (CT)** de um sistema de produção compõe-se dos **custos fixos (CF)** e dos **custos variáveis (CV)**. Os custos fixos são aqueles que independem do nível de produção para serem gerados, enquanto que os custos variáveis dependem, sendo maiores ou menores, conforme o nível de produção.

Os **custos totais de produção (CT_s)** de um sistema de produção de uma unidade de produção familiar rural serão determinados pela fórmula:

$$CT = CF + CV$$

$$CF = CF_e + CF_c$$

$$CT_s = CF_e + CF_c + CV$$

$$CF_e + CV = C_e$$

$$CT_s = C_e + CF_c$$

sendo:

CT_s = custos totais do sistema de produção

CV = custos variáveis

CF_e = custos fixos específicos

CF_c = custos fixos comuns

C_e = custos específicos

Os custos totais serão determinados tanto para uma linha de exploração individual quanto para o conjunto da unidade de produção que pratica um certo sistema de produção. No primeiro caso, um dos objetivos é determinar o custo de produção unitário. Então, o **custo de produção unitário** é dado pela fórmula:

$$(CPU)_i = (CT)_i / Q_i$$

sendo:

(CPU) i = custo de produção unitário do produto i

(CT) i = custos totais de produção da linha de exploração i

Q_i = quantidade produzida da linha de exploração i

No cálculo dos custos totais das diferentes linhas de exploração de um sistema de produção, os custos fixos comuns serão rateados entre as linhas de exploração singulares, imputando-se às explorações individuais uma quota proporcional dos custos fixos comuns igual à que elas participam na composição dos custos específicos totais. Supõe-se que, no conjunto do sistema de produção, a distribuição percentual dos custos fixos comuns por linha de exploração é igual à dos custos específicos totais.

Ocorrendo situações de custos conjuntos, adota-se os seguintes critérios:

- Se a linha de exploração apresentar subprodutos, os custos totais do produto principal serão determinados pela fórmula:

$$CT_{pp} = CT_{le} - VM_{ps}$$

sendo:

CT_{pp} = custos de produção do produto principal

CT_{le} = custos totais da linha de exploração

VM_{ps} = valor de mercado dos produtos secundários.

- Se a linha de exploração gerar produtos de importância econômica comparável, o custo total será rateado proporcionalmente ao valor de mercado de cada um, de acordo com a fórmula:

$$(CT_p)_k = CT_{le} \cdot (qr)_k$$

sendo:

$(CT_p)_k$ = custo total de um produto k

$(qr)_k = VM_k / (VM_1 + VM_2 + \dots + VM_n)$

$(qr)_k$ = quota de rateio para um produto k

$(VM)_k$ = valor de mercado de um produto k

$VM(1, 2, \dots, n)$ = valor de mercado dos diversos produtos integrantes do consórcio

k = diferentes produtos ($k = 1, 2, \dots, n$).

De acordo com os pressupostos acima, os custos totais de produção de uma linha de exploração (i) serão calculados pelo modelo abaixo:

$$(CTle)_i = (Ce)_i + (CFcr)_i$$

sendo:

$(CTle)_i$ = custo total de uma linha de exploração i

$(Ce)_i$ = custos específicos de uma linha de exploração i

$(CFcr)_i$ = custos fixos comuns rateados para a linha de exploração i

i = linha de exploração ($i = 1, 2, \dots, n$),

sabendo-se que:

$$(Ce)_i = (CV)_i + (CFe)_i$$

$$(CTle)_i = [(CV)_i + (CFe)_i] + (CFcr)_i$$

Os custo variáveis de uma linha de exploração i , $(CV)_i$, são iguais a:

$$(CV)_i = (Cim)_i + (Cmi)_i + (Cftf)_i + (Cfta)_i + (Ctbs)_i + Cjcc$$

sendo:

$(Cim)_i$ = custos de insumos e materiais de uma linha de exploração i

$(Cmi)_i$ = custo do aluguel de máquinas e implementos de uma linha de exploração i

$(Cftf)_i$ = custo da força de trabalho familiar (temporária) de uma linha de exploração i

$(Cfta)_i$ = custo da força de trabalho temporária assalariada utilizada na linha de exploração i

$(Ctbs)_i$ = custo de transporte, beneficiamento e outros serviços da linha de exploração i

$(Cjcc)_i$ = custo de juros sobre o capital circulante (próprio ou de empréstimo) da linha de exploração i

Os **custos de insumos e materiais de uma linha de exploração i**, $(Cim)_i$, são iguais a

$$(Cim)_i = \sum_{s=1}^n (Qim)_s \cdot ps$$

sendo:

$(Qim)_s$ = quantidade de um insumo ou material s

ps = preço unitário de insumo ou material s

s = espécie de insumo ou material (s = 1, 2, ..., n).

Os **custos do aluguel de máquinas e implementos de uma linha de exploração i**, $(Cmi)_i$ são iguais a

$$(Cmi)_i = \sum_{\mu=1}^n (Ta)_{\mu} \cdot p_{\mu}$$

sendo:

$(Ta)_{\mu}$ = tempo de aluguel em horas de uma máquina ou implemento μ

p_{μ} = preço/hora de uma máquina ou implemento μ

μ = espécie de máquina ou implemento ($\mu = 1, 2, \dots, n$).

Os **custos da força de trabalho familiar (temporária) de uma linha de exploração i**, $(Cftf)_i$, são iguais a

$$(Cftf)_i = \left[\sum_{u=1}^n (Qbcc)_u \cdot p_u \right] \cdot Qh/d / FTF$$

sendo:

$(Qbcc)_u$ = quantidade de um bem de consumo comprado u

p_u = preço unitário de um bem de consumo comprado u

Qh/d = quantidade de força de trabalho familiar utilizada em i, em homem/dia (h/d)

FTF = força de trabalho disponível na família (h/d)

u = itens de bens de consumo (u = 1, 2, ..., n).

Os custos da força de trabalho temporária assalariada utilizada na linha de exploração i , $(Cfta)_i$, são iguais a

$$(Cfta)_i = Qfta \cdot pf$$

sendo:

$Qfta$ = quantidade de força de trabalho assalariada utilizada (h/d) em i .

pf = preço unitário da força de trabalho (preço/h.d)

Os custos de transporte, beneficiamento e outros serviços da linha de exploração i , $(Ctbs)_i$, são iguais a

$$(Ctbs)_i = (Ct)_i + (Cb)_i + (Cs)_i$$

sendo:

$$(Ct)_i = Fi \cdot Qt$$

$$(Cb)_i = (Qb)_i \cdot pb$$

$(Ct)_i$ = custo de transporte da linha de exploração i

Fi = preço do frete do produto i

Qt = quantidade transportada do produto i

$(Cb)_i$ = custo de beneficiamento do produto i

$(Qb)_i$ = quantidade beneficiada do produto i

pb = preço unitário do beneficiamento

$(Cs)_i$ = custo de outros serviços da linha de exploração i

Os custos de juros sobre o capital circulante (próprio ou de empréstimo) da linha de exploração i , $(Cjcc)_i$, são iguais a

$$(Cjcc)_i = [(Cim)_i + (Cmi)_i + (Cftf)_i + (Cfta)_i + (Ctbs)_i] \cdot r \cdot k$$

sendo:

$(Cim)_i$ = custos de insumos e materiais de uma linha de exploração i

$(Cmi)_i$ = custo do aluguel de máquinas e implementos de uma linha de exploração i

$(C_{tff})_i$ = custos da força de trabalho familiar (temporária) de uma linha de exploração i

$(C_{fta})_i$ = custo da força de trabalho temporária assalariada utilizada na linha de exploração i

$(C_{tbs})_i$ = custos de transporte, beneficiamento e outros serviços da linha de exploração i

r = taxa mensal de juros (custo de oportunidade do capital dinheiro na região)

k = ciclo produtivo da linha de exploração (em meses)

O custo fixo específico da linha de exploração i , $(C_{fe})_i$, este é igual a

$$(C_{Fe})_i = (C_{dp})_i + (C_{cn})_i + (C_{jcf})_i + (C_{jfi})_i + (C_{ftp})_i + (C_{rss})_i$$

sendo:

$(C_{dp})_i$ = custo de depreciação dos capitais fixos específicos da linha de exploração i

$(C_{cn})_i$ = custo de conservação dos capitais fixos específicos da linha de exploração i

$(C_{jcf})_i$ = custo de juros sobre os capitais fixos específicos de uma linha de exploração i

$(C_{jfi})_i$ = custos de juros de financiamento de investimento para uma linha de produção específica i

$(C_{ftp})_i$ = custo da força de trabalho assalariada permanente (específica) de uma linha de exploração i

$(C_{rss})_i$ = custo de riscos segurados de uma linha de exploração i

onde:

O custo de depreciação dos capitais fixos específicos da linha de exploração i , $(C_{dp})_i$, é igual a

$$(C_{dp})_i = \sum_{k=1}^n (P_{nv})_k / (V_{ut})_k$$

$(P_{nv})_k$ = preço total de um capital fixo específico k novo

$(V_{ut})_k$ = vida útil (em anos) de um capital fixo específico k

k = item de capital fixo específico ($k = i, 2, \dots, n$)

Observação: no caso de benfeitorias rústicas construídas com materiais produzidos pela força de trabalho familiar, pode-se usar nos cálculos de depreciação, conservação e juros, ao invés de Pnv, o custo de construção:

O **custo de construção**, Cc, é igual a

$$C_c = T_{nt} \cdot C_{uft} + VM_{mat}$$

sendo:

Tnt = tempo necessário de trabalho (dias)

Cuft = custo unitário da força de trabalho/dia

VMmat. = Valor de mercado dos materiais próprios utilizados.

O **custo de conservação dos capitais fixos específicos da linha de exploração i**, (Ccn) i, é igual a

$$(C_{cn})_i = \sum_{k=1}^n [0,03 \cdot (P_{nv})_k]$$

O **custo de juros sobre os capitais fixos específicos de uma linha de exploração i**, (Cjcf) i, é igual a

$$(C_{jcf})_i = \sum_{k=1}^n [(P_{nv})_k / 2] \cdot R$$

sendo:

R = taxa anual de juro (custo de oportunidade do capital dinheiro na região)

Os **custos de juros de financiamento de investimento** para uma linha de produção específica i, (Cjfi) i, são iguais a

$$(C_{jfi})_i = V_j$$

sendo:

Vj = valor anual dos juros

O **custo da força de trabalho assalariada permanente (específica) de uma linha de exploração i**, (Cftp) i, é igual a

$$(C_{ftp})_i = Q_{ft} \cdot p_{ft}$$

sendo:

Qft = quantidade (em h/d) da força de trabalho permanente utilizada na linha de exploração i

pft = preço unitário da força de trabalho permanente (preço por h/d)

O custo de riscos segurados de uma linha de exploração i, (Crss) i, é igual a

$$(Crss)_i = V_p$$

sendo:

Vp = valor do prêmio

Os custos fixos comuns rateados da linha de exploração i, (CFc) i, são iguais a

$$(CFc)_i = CFc \cdot (Ce)_i / \sum_{i=1}^n (Ce)_i$$

Tem-se que os custos fixos comuns (CFc) são determinados pela fórmula:

$$CFc = \sum_{m=1}^n (Cdp)_m + \sum_{m=1}^n (Ccn)_m + \sum_{m=1}^n (Cjcf)_m + Cjfic + Cftpc + Cjct + Cadm + Cog + Crss(c)$$

O custo de depreciação de um capital fixo comum m, (Cdp) m, é igual a

$$(Cdp)_m = (Pnv)_m / (Vut)_m$$

sendo:

Pnv = preço total de um capital fixo comum m novo

(Vut)k = vida útil (em anos) de um capital fixo comum m

m = item de capital fixo comum (m = 1, 2, ..., n)

O custo de conservação de um capital fixo comum m, (Ccn) m, é igual a

$$(Ccn)_m = [0,03 \cdot (Pnv)_m]$$

O custo de juros sobre um capital fixo comum m, (Cjcf)m, é igual a

$$(Cjcf)_m = [(Pnv)_m / 2] \cdot R$$

sendo

R = taxa anual de juro (custo de oportunidade do capital dinheiro na região)

O custo de juros sobre financiamentos para investimentos comuns a toda a unidade de produção, $Cjfic$, é igual a

$$Cjfic = V_j$$

sendo

V_j = valor anual dos juros

O custo da força de trabalho assalariada permanente (comum), $Cftpc$, é igual a

$$Cftpc = Q_{ft} \cdot p_{ft}$$

sendo

Q_{ft} = quantidade de força de trabalho utilizada em h/d

p_{ft} = preço unitário da força de trabalho permanente (preço por h/d)

O custo de juros sobre o capital terra, $Cjct$, é igual a

$$Cjct = V_r \cdot R$$

sendo

V_r = valor de revenda da terra

R = taxa anual de juros (custo de oportunidade do capital dinheiro na região)

O custo de administração (custo de oportunidade do trabalho gerencial do chefe da família e, se houver, outros custos administrativos), $Cadm$, é igual a

$$Cadm = S_a$$

sendo:

Sa = custo de oportunidade do trabalho de gestão do chefe da família (na unidade de produção rural familiar em geral é igual a zero)

O **custo relativo a outras despesas gerais**, Cog, é igual a

$$\mathbf{Cog = Cip + Ct + Cc}$$

sendo

Cip = custo de impostos (ITR)

Ct = custo de taxas diversas

Cc = custo de contribuições diversas

O **custo de risco segurado para capitais fixos comuns** (raramente incide na produção familiar), Crss(c), é igual a

$$\mathbf{Crss(c) = Vpr}$$

Vpr = valor do prêmio

Assim, os **custos totais** de uma **unidade de produção familiar** que pratica um sistema de produção extrativista, agroflorestal ou agrícola serão dados pela fórmula:

$$\mathbf{CTs = \sum_{i=1}^n (CV)_i + \sum_{i=1}^n (CFe)_i + CFc}$$

sendo:

i = linhas de exploração (i = 1,2, ... , n)

Com relação às **despesas efetivas (DE)** estas são todos os valores efetivamente retirados do patrimônio e consumidos de fato no processo de produção. Compreendem os desembolsos monetários para pagar serviços (inclusive pagamento de salários) e/ou adquirir bens consumíveis de gasto imediato (capital circulante de provisionamento), o consumo em natureza de bens de gasto imediato, o valor imputado à mão de obra familiar, o valor imputado ao trabalho de administração exercido pelo próprio produtor e a depreciação dos capitais fixos. É dada pela fórmula:

$$\begin{aligned}
DE = & \sum_{i=1}^n (Cim)_i + \sum_{i=1}^n (Cmi)_i + \sum_{i=1}^n (Ctbs)_i + \sum_{i=1}^n (Cftf)_i + \sum_{i=1}^n (Cfta)_i + \\
& \sum_{i=1}^n (Cftp)_i + \sum_{i=1}^n (Ccn)_i + \sum_{i=1}^n (Cdp)_i + \sum_{i=1}^n (Cjfi)_i + \sum_{i=1}^n (Crss)_i + \sum_{m=1}^n (Cdp)_m + \\
& \sum_{m=1}^n (Ccn)_m + Cftpc + Cadm + Cog + Crss(c) + Cjfc + Cjfic
\end{aligned}$$

Onde,

$(Cim)_i$ = custos de insumos e materiais de uma linha de exploração i

$(Cmi)_i$ = custo do aluguel de máquinas e implementos de uma linha de exploração i

$(Ctbs)_i$ = custo de transporte, beneficiamento e outros serviços da linha de exploração i

$(Cftf)_i$ = custos da força de trabalho familiar (temporária) de uma linha de exploração i

$(Cfta)_i$ = custo da força de trabalho temporária assalariada utilizada na linha de exploração i

$(Cftp)_i$ = custo da força de trabalho assalariada permanente (específica) de uma linha de exploração i

$(Ccn)_i$ = custo de conservação dos capitais fixos específicos da linha de exploração i

$(Cdp)_i$ = custo de depreciação dos capitais fixos específicos da linha de exploração i

$(Cjfi)_i$ = custos de juros de financiamento de investimento para uma linha de produção específica i , são iguais a

$(Crss)_i$ = custo de riscos segurados de uma linha de exploração i

$(Cdp)_m$ = custo de depreciação de um capital fixo comum m

$(Ccn)_m$ = custo de conservação de um capital fixo comum m

$Cftpc$ = custo da força de trabalho assalariada permanente (comum)

$Cadm$ = custo de administração (custo de oportunidade do trabalho gerencial do chefe da família e, se houver, outros custos administrativos)

Cog = custo relativo a outras despesas gerais

$Crss(c)$ = custo de risco segurado para capitais fixos comuns (raramente incide na produção familiar)

$Cjfc$ = custo de juros de financiamento de custeio.

$Cjfic$ = custo de juros sobre financiamentos para investimentos comuns a toda a unidade de produção.

Na produção familiar o autoconsumo destaca-se também como um índice de suma importância na avaliação de desempenho econômico. O **autoconsumo** pode ser calculado pela fórmula abaixo:

$$AC = \sum_{v=1}^n (Q_{bcp})_v \cdot p_v$$

sendo:

$(Q_{bcp})_v$ = quantidade do bem de autoconsumo produzido v

p_v = preço unitário do bem de autoconsumo produzido v

v = itens de bens de autoconsumo produzidos (v = 1, 2, ..., n)

2.3- Medidas de resultado econômico

Medidas de resultado econômico são índices que, dados os custos de produção, permitem medir o desempenho econômico do sistema de produção. **Desempenho econômico** é a diferença entre os valores de saída (produção) e os de entrada (custos), as diversas relações entre valores de saída e de entrada e as flutuações dos valores de saída do sistema de produção.

2.3.1- Resultado bruto

É a renda obtida com a produção destinada ao mercado. Indica a escala da unidade de produção.

$$RB = Q_m \cdot p_p$$

sendo:

RB = renda bruta

$Q_m = q_v + q_e$

Q_m = quantidade do produto destinada ao mercado

q_v = quantidade do produto vendida

q_e = quantidade do produto do exercício em estoque

pp = preço unitário ao produtor

2.3.2- Os resultados líquidos

- **Renda líquida (RL)**- é o valor excedente apropriado pela unidade de produção familiar, ou seja, a parte do valor do produto que fica com a unidade de produção familiar depois de serem repostos os valores dos meios de produção, dos meios de consumo e dos serviços (inclusive salários) prestados à produção. Se RL maior que zero, há elevação do patrimônio. Sendo RL igual a zero, a unidade de produção se reproduz sem afetar seu patrimônio. E, se RL menor que zero, a unidade de produção se reproduz com perda de patrimônio.

$$RL = RB - DE$$

sendo:

RL = renda líquida

RB = renda bruta

DE = despesas efetivas

- **Lucro da exploração (LE)**- Indica a fração da Renda Bruta absorvida pelo produtor, depois de pago os custos totais. Esse índice retrata o nível de acumulação.

$$LE = RB - CT$$

sendo:

LE = lucro da exploração

RB = renda bruta

CT = custos totais

2.3.3-Medidas de eficiência ou relação

- **Índice de eficiência econômica (IEE)** – Mostra o desempenho e verifica a possibilidade de as unidades de produção familiares realizarem lucro, por consequência, acumularem.

$$\text{IEE} = \text{RB}/\text{CT},$$

IEE > 1, a situação é de lucro

IEE < 1, a situação é de prejuízo

IEE = 1, a situação é de equilíbrio.

- **Relação MBF/Qh/d** - é o índice de remuneração da força de trabalho familiar. Mostra a quantia de margem bruta gerada por unidade de trabalho familiar (1 h/d = 1 jornada de trabalho), ou seja, o ganho diário no trabalho com as culturas.

CAPÍTULO 3

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A finalidade deste capítulo é analisar o desempenho econômico do café no Projeto RECA, fazendo uma comparação entre o ano agrícola²² de maio de 1996 a abril de 1997 e maio de 2000 a abril de 2001. Ressalta-se que do total de 29 famílias entrevistadas nos períodos considerados, apenas 3 (11%) comercializaram café na safra 1996/1997 e 10 (34%) em 2000/2001.

Para a referida análise, serão utilizados alguns dados importantes, referentes a produção de café, custos de produção e os resultados econômicos (medidas de resultado econômico: resultados brutos, resultados líquidos e medidas de eficiência e relação). Através das pesquisas, será feito um parâmetro dos dois períodos, e assim mostrar o desempenho da produção de café no projeto RECA nos períodos em questão.

3.1 Caracterização do RECA

O Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado), está situado na Vila Nova Califórnia, na BR-364, Km 156, trecho Rio Branco-Porto Velho. É um modelo de projeto ecológico e se constitui numa alternativa de desenvolvimento econômico que contempla a preservação ambiental, com apoio às famílias que tem como fonte de renda, o extrativismo e a agricultura.

A comunidade envolvida neste Projeto, é originária de um assentamento realizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), por volta de 1984, de produtores vindos de diversas regiões do país.

O Decreto do INCRA de Rondônia, que desapropriou a área e criou o Projeto de assentamento, data de maio de 1984. Esse Projeto chamava-se Alto Madeira, com 700 lotes, abrangendo 700 famílias, incluindo duas Glebas: Nova Califórnia e Euclides da Cunha. Os próprios parceiros o denominaram de Projeto RECA. Foi fundada em 18 de

²² Ano agrícola corresponde ao período que compreende o ciclo produtivo de todas as linhas de exploração realizadas pelos produtores.

fevereiro de 1989, a Associação dos pequenos produtores do Projeto RECA, com 84 associados.²³

No decorrer da sua história, o Projeto recebeu financiamento de algumas instituições como a Diocese de Rio Branco, a CEBEMO²⁴ (Organização para o Desenvolvimento da Holanda) e o CCFD²⁵ (Comitê Católico contra a Fome e para o Desenvolvimento – França), que estavam interessados na melhoria da situação econômica dos produtores do Projeto.

A organização interna do RECA, é constituída de uma comissão coordenadora formada exclusivamente por agrossilvicultores, com 9 pessoas responsáveis pela execução, 13 núcleos de produtores, 4 equipes de trabalho que planejam as ações da Associação (organização, implantação, beneficiamento, comercialização, educação e saúde), sendo toda essa estrutura, fruto do trabalho de todos os associados do Projeto.²⁶

No RECA, os sistemas de produção trabalhados são os Sistemas Agroflorestais (SAF'S)²⁷, principalmente, o cupuaçu e a pupunha. Entretanto, os produtores do Projeto se dedicam também à exploração de várias outras culturas alternativas, que visam complementar a renda dos mesmos como por exemplo a laranja, banana, feijão, arroz, milho e outros.

Aliado a isso, as famílias colhem seus produtos e trazem até a sede do RECA, de onde é vendido para os revendedores em Rio Branco e exportados para outros estados brasileiros como São Paulo, Cuiabá, Goiânia e Brasília.

O Projeto RECA contava inicialmente, com 84 produtores associados e em 1999, esse número totalizou 364 sócios “que praticam uma exploração sustentável da terra, evitando a derrubada e queima indiscriminada da floresta e preservando a vida e o solo amazônico”. (CARVALHO,2000, p.182)

²³ Cf. COSTA,2000,p.40

²⁴ Carvalho (2000), descreve que, em 1989, a CEBEMO concedeu uma ajuda de 460 mil dólares para a implantação de 400 hectares de Sistemas Agroflorestais (SAF'S) dentro do Projeto e sua contribuição continuou em 1992/93, totalizando uma doação de 483 mil dólares.

²⁵ O CCFD e a agência italiana MLAL, entre 1992 e 1993, contribuíram, segundo Carvalho (2000), com 47 mil dólares para a formação dos primeiros SAF'S.

²⁶ Cf. BEZERRA,2000,p.36

²⁷ “Os Sistemas Agroflorestais são formas de uso e manejo da terra, nas quais, árvores ou arbustos são utilizados em associações com cultivos agrícolas e/ou com animais, numa mesma área, de maneira simultânea ou numa seqüência temporal”. (DUBOIS, 1996,P.03 apud BEZERRA, 2000,p.37)

A tabela 06 abaixo, mostra alguns indicadores econômicos do projeto RECA nos anos agrícolas de 1996/1997 e de 2000/2001:

Tabela 06
Indicadores do projeto RECA- 1996/1997 (A) e 2000/2001 (B)

<i>Indicadores</i>	<i>Unidade</i>	<i>Ano Agrícola</i>	
		1996/1997 (A)	2000/2001 (B)
Renda Bruta (RB)	R\$/mês	240,18	584,06
Renda Líquida (RL)	R\$/mês	70,79	223,11
Lucro de Exploração (LE)	R\$/mês	15,51	133,85
Índice de Efic. Econômica (IEE)	Und.	1,06	1,59
Remun. da mão-de-obra (MBF/Qh/d)	R\$ (H/D)	15,13	44,42

FONTE: (A) Projeto ASPF-DE/UFAC; (B) Pesquisa Direta (Processada no Programa do Projeto ASPF-DE/UFAC)

Conforme a tabela acima, os dados referentes ao desempenho econômico do RECA, apontam para uma sustentação das atividades produtivas praticadas nesse projeto, com destaque para os resultados dos indicadores renda líquida (RL) e lucro de exploração (LE), que registraram um considerável aumento no ano agrícola de 2000/2001, quando comparado ao ano agrícola de 1996/1997.

Atualmente, o Projeto possui sua estrutura de funcionamento composta, de uma pequena usina de beneficiamento, uma câmara frigorífica para conservação e armazenamento de polpa do cupuaçu, uma fábrica de beneficiamento e embalagem do palmito da pupunha, um auditório para reuniões, cursos e outras atividades de apoio técnico e administrativo e um prédio onde funciona a parte burocrática da Associação, hoje equipado com computador, telefone, fax e telex.²⁸

²⁸ CARVALHO, op.cit,p.175

3.2- Aspectos Gerais

A análise da tabela 07, nos aponta os resultados de alguns dados importantes sobre a produção de café no RECA, nos períodos de 1996/1997 e 2000/2001:

Tabela 07
Indicadores da Produção de café no RECA- 1996/1997 (A) e 2000/2001 (B)

<i>Indicadores</i>	<i>Unidade</i>	<i>Ano Agrícola</i>	
		1996/1997	2000/2001
Área total	(há)	4,00	30,50
Área média	(há)	1,33	3,05
Produção/área	(kg/há)	883	1.160
Mão-de-obra total	Unid.	170	1.189,70
Produção/mão-de-obra	(kg/m-d-o)	21	30
Produção total	(kg)	3.532	35.382
Produção Vendida	(kg)	3.223	34.521
Produção Autoconsumida	(kg)	309	861

FONTE: (A) Projeto ASPF-DE/UFAC; (B) Pesquisa Direta (Processada no Programa do Projeto ASPF-DE/UFAC)

Conforme a tabela acima, é possível observar que a produção total de café na safra 2000/2001 teve um aumento considerável quando comparado ao biênio 1996/1997, o que pode ser explicado pela expansão da área plantada.

Em relação à quantidade vendida, verifica-se que na safra 1996/1997 foram comercializados 3.223 kg de café, correspondendo a 91,25% da produção total. Já no período 2000/2001, 34.521 kg foram destinados à venda, representando cerca de 97,57% do total da produção.

No ano agrícola de 1996/1997, destinou-se ao autoconsumo 309 kg de café, o que corresponde em média a 8,75% da produção total. Entretanto, na safra 2000/2001, a

produção autoconsumida foi equivalente a 861 kg, o que corresponde a 2,43% do total produzido.

3.3 – Análise dos dados

3.3.1 – Participação do café na renda bruta total do RECA

De acordo com os dados da tabela 08 abaixo, na composição da renda bruta total do projeto RECA, o café apresentou baixo percentual de participação de apenas 2,58% (somente café solteiro) no ano agrícola de 1996/1997, enquanto que no período de 2000/2001, esse percentual foi mais expressivo, com um total de 9,84% (café solteiro e consorciado) da renda gerada.

Tabela 08

Participação da cultura café na Renda Bruta total do RECA – 1996/1997 (A) e 2000/2001 (B)

<i>Produto</i>	<i>Ano Agrícola</i>	
	1996/1997 (%)	2000/2001 (%)
Café Solteiro	2,58	6,77
Café Consorciado	-	3,07
Total	2,58	9,84

FONTE: (A) Projeto ASPF-DE/UFAC; (B) Pesquisa Direta (Processada no Programa do Projeto ASPF-DE/UFAC)

3.3.2 – Resultados Econômicos

Tabela 09
Indicadores Econômicos do café no RECA – 1996/1997 (A) e 2000/2001 (B)

<i>Indicadores</i>	<i>Unidade</i>	<i>Ano Agrícola</i>	
		1996/1997	2000/2001
Renda Bruta (RB)	R\$/mês	72,80	135,00
Renda Líquida (RL)	R\$/mês	20,46	39,99
Lucro de Exploração (LE)	R\$/mês	9,25	9,09
Índice de Efic. Econômica (IEE)	Und.	1,04	1,32
Remun. da mão-de-obra (MBF/Qh/d)	R\$ (H/D)	15,83	20,10
Custo Unitário	R\$	0,80	0,59
Preço Produtor	R\$	0,91	1,00
Markup	%	14	69
Preço Comerciante	R\$	6,64	4,68
Margem de Comercialização	%	630	368

FONTE: (A) Projeto ASPF-DE/UFAC; (B) Pesquisa Direta (Processada no Programa do Projeto ASPF-DE/UFAC)

De acordo com os dados apresentados na tabela 09, é possível verificar que nos dois períodos citados, o café apresentou eficiência econômica maior que um (IEE>1), significando que houve recuperação do investimento inicial feito pelos produtores. Entretanto, verifica-se ainda que os indicadores renda líquida (RL) e lucro de exploração (LE), apresentaram resultados positivos em ambos os períodos, ou seja, depois de serem repostos todos os valores dos meios de produção, os produtores não

precisaram afetar seu patrimônio ou se desfazer de algum bem para a reprodução do capital, podendo inclusive, destinar parte desse valor para a acumulação.

Os dados da tabela evidenciam ainda que em ambos os períodos, o café apresentou custo unitário menor que o preço praticado pelos produtores, gerando dessa forma, um markup favorável aos mesmos.

3.3.3 – Custos de Produção

Uma das ferramentas mais utilizadas para a verificação da rentabilidade econômica das propriedades rurais, segundo Arbage (2000), é a análise dos custos. Para ele, a correta elaboração dos custos de produção permite-nos uma leitura mais clara da realidade da atividade produtiva e possibilita um diagnóstico mais preciso da real situação da propriedade frente aos diversos cultivos, culturas e explorações desenvolvidas.

Para o cálculo dos custos, levou-se em consideração alguns itens como: despesas com mão-de-obra familiar e contratada, despesas com insumos, máquinas e equipamentos, impostos e outros.

As tabelas 10 e 11, mostram a estrutura de custos do café no RECA nos anos agrícolas de 1996/1997 e de 2000/2001:

Tabela 10
Composição dos custos do café no RECA – 1996/1997

<i>CUSTOS</i>	<i>Valor Mediano (R\$/ano)</i>	<i>% (em relação ao CT)</i>
1 – CUSTOS TOTAIS	747,15	100,00
1.1 – CUSTOS VARIÁVEIS	350,97	41,55
Força de Trabalho Familiar (CFTF)	174,44	33,02
Custo de Insumos e Materiais (CIM)	26,32	2,90
Custos Variáveis Comuns Rateados (CVCR)	-	-
Juros sobre o Capital Circulante (CJCC)	6,21	0,53
Transporte, Beneficiamento e Serviços (CTBS)	0,00	0,00
Força de Trabalho Assalariada (CFTA)	0,00	0,00
Alugueis de Máquinas e Implementos (CMI)	-	-
Juros de Financiamento para Custeio (CJFC)	-	-
1.2 – CUSTOS FIXOS	540,09	58,45
<i>1.2.1. Custos Fixos Específicos (CFE)</i>	<i>8,34</i>	<i>1,63</i>
Depreciação (CDP)	5,52	0,92
Juros sobre o capital fixo (CJCF)	1,55	0,39
Conservação (CCN)	1,27	0,32
Força de trabalho permanente (CFTP)	-	-
Custos Fixos Espec./Consórcios (CFCCSR)	-	-
<i>1.2.2. Custos Fixos Comuns Rateados (CFCR)</i>	<i>502,52</i>	<i>53,04</i>
<i>1.2.3. Custos Fixos Comuns Rateados a n (CFCRN)</i>	<i>0,00</i>	<i>3,78</i>

FONTE: Projeto ASPF (DE/UFAC)

Tabela 11
Composição dos custos do café no RECA – 2000/2001

<i>CUSTOS</i>	<i>Valor Mediano (R\$/ano)</i>	<i>% (em relação ao CT)</i>
1 – CUSTOS TOTAIS	1.296,01	100,00
1.1 – CUSTOS VARIÁVEIS	603,54	38,17
Força de Trabalho Familiar (CFTF)	453,03	20,50
Custo de Insumos e Materiais (CIM)	35,26	4,82
Custos Variáveis Comuns Rateados (CVCR)	-	-
Juros sobre o Capital Circulante (CJCC)	10,15	0,67
Transporte, Beneficiamento e Serviços (CTBS)	97,50	0,46
Força de Trabalho Assalariada (CFTA)	960,00	11,71
Alugueis de Máquinas e Implementos (CMI)	-	-
Juros de Financiamento para Custeio (CJFC)	-	-
1.2 – CUSTOS FIXOS	675,23	61,83
<i>1.2.1. Custos Fixos Específicos (CFE)</i>	<i>5,08</i>	<i>0,52</i>
Depreciação (CDP)	3,36	0,25
Juros sobre o capital fixo (CJCF)	1,03	0,16
Conservação (CCN)	0,69	0,11
Força de trabalho permanente (CFTP)	-	-
Custos Fixos Espec./Consórcios (CFCCSR)	-	-
<i>1.2.2. Custos Fixos Comuns Rateados (CFCR)</i>	<i>664,94</i>	<i>61,10</i>
<i>1.2.3. Custos Fixos Comuns Rateados a n (CFCRN)</i>	<i>7,30</i>	<i>0,21</i>

FONTE: Pesquisa Direta (Processada no Programa do Projeto ASPF-DE/UFAC)

Observando as tabelas 10 e 11, verifica-se que em ambos os períodos, o item mais representativo dentre a composição dos custos variáveis é o da força de trabalho familiar (CFTF)²⁹, seguido pelo custo com insumos e materiais (CIM). Entretanto, no período de 2000/2001, observa-se que o custo com trabalho assalariado (CFTA) teve uma expressiva participação, com um percentual de 11,71% do custo total. Todavia, é importante ressaltar que essa necessidade com trabalho se reflete no fato de a cafeicultura ser intensiva no uso de mão-de-obra, devido aos tratos culturais que vão desde a plantação até a comercialização do produto.

No bojo dos custos totais, verifica-se que os custos fixos se sobressaíram em relação aos custos variáveis, com destaque para aqueles que são rateados por várias culturas, isto é, os custos fixos comuns rateados (CFCR). O CFCR é obtido a partir do custo fixo comum (CFC), o qual é rateado para determinada linha de exploração, neste caso, a linha de exploração do café.

Após analisar o CFCR do café, foi verificada a maior participação dos itens : custo de depreciação de um capital fixo comum (CDPC), custo de juros sobre um capital fixo comum (CJCFC), custo relativo a outras despesas gerais (COG), custo de conservação de um capital fixo comum (CCNC), com 31%, 11%, 1% e 9% (ano agrícola de 1996/1997) e 32%, 21%, 21% e 14% (ano agrícola de 2000/2001), respectivamente.

Vale destacar também, que esse elevado valor do CFCR nas safras analisadas, expressa de forma geral, o elevado valor do patrimônio como benfeitorias (casa de morada, poço e outros), equipamentos e ferramentas (enxada, terçado, boca de lobo, machado e outras) que os produtores possuem e também, a necessidade de gastar com outras despesas como impostos (ITR)³⁰, taxas diversas e outras despesas gerais no lote.

²⁹ Segundo o projeto ASPF, a força de trabalho familiar é caracterizada pelos seguintes aspectos: trata o homem a partir dos 13 anos, como equivalente a 1 homem/dia (H/D), ou seja, trabalha o dia integral; a mulher como 0,5 H/D (pois esta tem os afazeres de casa), ou seja, somente um período ou meio-dia e a criança de 12 anos abaixo, como 0,25 H/D (pois esta tem de freqüentar a escola, além de não ter resistência para trabalhar o dia integral), ou seja, a metade do período.

³⁰ Imposto Territorial Rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, teve como objetivo primordial, verificar a capacidade produtiva e econômica do café no RECA, a partir da comparação entre o ano agrícola de 1996/1997 e de 2000/2001, utilizando-se para tanto, do método desenvolvido pelo projeto ASPF do Departamento do curso de Economia/UFAC.

No decorrer deste estudo, verificou-se que a economia cafeeira tem sido sempre sujeita a ciclos de prosperidade e declínio. Todavia, no início da década de 90, o mercado mundial cafeeiro enfrentou uma grave crise, ocasionada pela queda dos preços do produto que acabou tornando-se num grande obstáculo ao desenvolvimento econômico de países latino-americanos produtores, como é o caso do Brasil e da Colômbia.

Ao lado dessa situação, observou-se que alguns países como o Vietnã e a Indonésia, vêm apresentando crescimento significativo na produção de café ocasionado sobretudo, pela recuperação dos preços do produto a nível mundial.

No tocante às exportações, o Brasil apresentou nos últimos anos, relativo decréscimo do volume de café exportado, atribuído a diversos fatores entre eles, os baixos preços internacionais, e também por fatores climáticos (secas e geadas).

Entretanto, analisando os dados do café projeto RECA, constatou-se que o indicador renda líquida (RL) apresentou resultado positivo nos períodos pesquisados, o que demonstra que a produção cafeeira no referido projeto é capaz de se reproduzir sem afetar o patrimônio, ou seja, houve lucro para o capital que foi investido.

Um outro indicador importante, refere-se ao índice de eficiência econômica (IEE). A partir deste, afirma-se que o café obteve um desempenho econômico satisfatório nas safras em análise, mostrando-se contudo, eficiente no processo de produção.

Com relação aos custos de produção, observou-se uma certa variação e diferença nos valores do custo com força de trabalho assalariada (CFTA) e, principalmente, no custo com trabalho familiar (CFTF). Isso ocorre devido a produção cafeeira ser uma atividade agrícola que demanda muita mão-de-obra e também, pelo fato

de a lavoura não ser mecanizada, o que é confirmado pelo resultado inexpressivo do custo com máquinas e implementos (CMI) em ambos os períodos.

Dado o exposto, verificou-se que a produção cafeeira no projeto RECA apresentou resultados consideráveis que demonstram a sua boa rentabilidade econômica. No entanto, para que o café venha futuramente a ocupar posição de destaque entre os SAF's do RECA, faz-se imprescindível a implementação de novas técnicas de cultivo (como a desbrota e a adubação), a mecanização da lavoura a fim de racionalizar os custos e proporcionar um maior desenvolvimento da produção, entre outras iniciativas.

Neste particular, recomenda-se que outros alunos pesquisem mais a fundo toda a problemática que envolve o café, pois ainda há bastante a ser discutido e que pode ser tema para outras monografias.

BIBLIOGRAFIA

ANÁLISE ECONÔMICA DE SISTEMAS BÁSICOS DE PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL NO VALE DO ACRE – ASPF. UFAC, 1996.53p. (Projeto de Pesquisa do Departamento de Economia da UFAC).

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Economia Rural: conceitos básicos e aplicações.** Chapecó:Grifos,2000. 305p.

BEZERRA, Rogério Gonçalves. **Análise Econômica dos Sistemas Agroflorestais do projeto RECA.** Rio Branco: UFAC/DE,2000. Monografia (Graduação em Economia). 62p.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Café:(Re)conquista dos mercados.** Rio de Janeiro, 1999. 56p.

CARVALHO, Lucas Araújo. **Colonização e Meio Ambiente: estudo de duas experiências de assentamento na Amazônia Ocidental.** Campinas:UNICAMP/IE, 2000. Dissertação (Doutorado em Economia).230p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Disponível em <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 20 de setembro de 2002.

COSTA, Denis Ricardo Cunha. **Projeto RECA: uma análise sócio-econômica.** Rio Branco:UFAC/DE, 2000.Monografia (Graduação em Economia). 71p.

DORETTO, Moacyr. **Café: Competitividade da cadeia produtiva no sistema cooperativo do Paraná.** Londrina:IAPAR, 2000.55p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Disponível em <http://www.embrapa.br>. Acesso em 14 de janeiro de 2003.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br>. Acesso em 01 de dezembro de 2002.

MERCOESTE. **Perfil Competitivo do Estado do Acre.** Brasília, 2002. 172p.

MORICOCI, Luís. **Café:In prognóstico agrícola:1998/1999.** São Paulo:IEA,1998.

PINHO, Diva Benevides & VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. (orgs.) **Manual de Economia**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva. 1998.

SANTOS, Jair Carvalho dos. **Mercado para o café em grão do Acre**. Rio Branco: EMBRAPA-ACRE, 2000. 5p. (Comunicado Técnico)

VENEZIANO, Wilson. **Cafeicultura em Rondônia: situação atual e perspectivas**. Porto Velho: EMBRAPA – Rondônia, 1996. 24p. (Comunicado Técnico)

ZYLBERSZTAJN, Décio. **O sistema agroindustrial do café: um estudo da organização do agribusiness do café visto como chave da competitividade**. Porto Alegre. Ed: Ortiz. 1993.